

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO DO PERU – TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE LODOS DE ESGOTO SANITÁRIO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 08 de outubro de 1975;

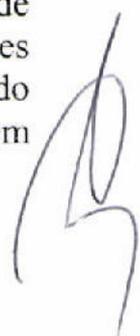
Que a cooperação técnica na área de saneamento reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do Projeto Fortalecimento Institucional de Entidades Prestadoras de Serviços de Saneamento do Peru – Tratamento de Águas Residuais e de Lodos de Esgoto Sanitário;

2. O mencionado projeto tem como objetivo fortalecer a capacidade técnica das empresas prestadoras de serviços de saneamento do Peru, integrantes da Associação Nacional de Entidades Prestadoras de Serviço de Saneamento do (ANEPSSA), por meio da capacitação e do treinamento de recursos humanos em



operação e manutenção de sistemas de tratamento de águas residuais e de lodos provenientes do esgoto sanitário.

ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
 - a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
 - b) a Companhia de Saneamento Básico de Brasília como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.
2. O Governo da República do Peru designa:
 - a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
 - b) a Associação Nacional de Entidades Prestadoras de Serviços de Saneamento como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. Cabe ao Governo brasileiro:
 - a) designar especialistas para realizar treinamento de técnicos peruanos no Peru e no Brasil nas áreas de operação e manutenção de sistemas de recollecção, tratamento e depósito final de águas residuais e de lodos, provenientes de esgoto sanitário;
 - b) enviar publicações e material de apoio, direcionados à formação de técnicos peruanos e outros documentos de interesse das Partes Contratantes; e

- c) disponibilizar a infra-estrutura para a realização dos treinamentos no Brasil.
2. Cabe ao Governo peruano:
- a) designar os técnicos que participarão dos treinamentos no Peru e no Brasil nas áreas de operação e manutenção de sistemas de recolecção, tratamento e depósito final de águas residuais e de lodos, provenientes de esgoto sanitário;
- b) elaborar publicações e fornecer material de apoio direcionados à formação de técnicos peruanos; e
- c) disponibilizar a infra-estrutura para a realização das assessorias, treinamentos e eventos.

ARTIGO IV

Os custos para a implementação das atividades mencionados no Artigo III do presente Ajuste Complementar serão compartilhados entre as Partes Contratantes, sem prejuízo de que os mesmos busquem fontes adicionais de financiamento.

ARTIGO V

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores para acompanhamento.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar serão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

ARTIGO VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor a partir da data em que ambas Partes comuniquem haver cumprido com suas disposições legais internas e terá vigência de trinta e seis (36) meses e será renovado automaticamente por igual período, salvo se uma das Partes Contratantes o denunciar, por Nota Diplomática, com antecedência de sessenta (60) dias da data de conclusão do período de vigência.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, emendar o presente Ajuste Complementar. As emendas entrarão em vigor nos termos do Artigo VII.

ARTIGO IX

A denúncia do presente Ajuste Complementar por uma das Partes Contratantes não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes Contratantes estabelecerem o contrário.

ARTIGO X

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 08 de outubro de 1975.

Feito em Lima, em 24 de junho de 2003, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU

**ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN
TÉCNICA Y CIENTÍFICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PERÚ
Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL PARA LA
IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO FORTALECIMIENTO INSTITUCIONAL DE
ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVICIOS DE SANEAMIENTO DEL PERU –
TRATAMIENTO DE AGUAS RESIDUALES Y DE LODOS DE ALCANTARILLADO
SANITARIO**

El Gobierno de la República del Perú,

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil,

(en adelante denominados las “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica y Científica entre el Gobierno de la República del Perú, y la República Federativa del Brasil, suscrito en Brasilia, el 08 de octubre de 1975;

Que la cooperación técnica en el área de saneamiento, reviste especial interés para las Partes Contratantes, sobre la base del mutuo beneficio y reciprocidad;

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO I

1. El presente Acuerdo Complementario busca la implementación del Proyecto Fortalecimiento Institucional de Entidades Prestadoras de Servicios de Saneamiento del Perú – Tratamiento de Aguas Residuales y de Lodos de Alcantarillados Sanitarios;
2. El mencionado proyecto tiene como objetivo fortalecer la capacidad técnica de las Empresas Prestadoras de Servicios de Saneamiento del Perú, integrantes

oficial de los documentos de trabajo serán elaborados en el idioma del país de origen del trabajo. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes Contratantes deberán ser expresamente consultadas, notificadas y mencionadas en el cuerpo del documento objeto de la publicación.

ARTÍCULO VI

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y reglamentos en vigor en la República del Perú y en la República Federativa del Brasil.

ARTÍCULO VII

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor a partir de la fecha en que ambas partes se comuniquen haber cumplido con sus disposiciones legales internas y tendrá vigencia de treinta y seis (36) meses y será renovado automáticamente por igual período, salvo que una de las Partes Contratantes lo denuncie, por Nota Diplomática, antes de los sesenta (60) días de la fecha de conclusión del período de vigencia.

ARTÍCULO VIII

Las Partes Contratantes podrán, de común acuerdo, y por intercambio de Notas Diplomáticas, enmendar el presente Acuerdo Complementario. Las enmiendas entrarán en vigor en los términos del Artículo VII.

ARTÍCULO IX

La denuncia del presente Acuerdo Complementario por una de las Partes Contratantes no afectará las actividades que se encuentren en ejecución en el ámbito del proyecto en cuestión, salvo que las Partes Contratantes establecieren lo contrario.

b) enviar publicaciones y material de apoyo, orientados a la formación de técnicos peruanos y otros documentos de interés de las Partes Contratantes; y

c) proporcionar la infraestructura para la realización de los entrenamientos en Brasil.

2. Compete al Gobierno peruano:

a) designar los técnicos que participarán de los entrenamientos en el Perú y en Brasil en las áreas de operación y mantenimiento de sistemas de recolección, tratamiento y depósito final de aguas residuales y de lodos, provenientes de alcantarillado sanitario;

b) elaborar publicaciones y proporcionar material de apoyo orientados a la formación de técnicos peruanos; y

c) proporcionar la infraestructura para la realización de las asesorías, entrenamientos y eventos.

ARTICULO IV

1. Los costos para la implementación de las actividades mencionadas en el artículo III del presente Acuerdo Complementario serán compartidos entre las partes Contratantes, sin perjuicio que las mismas busquen fuentes adicionales de financiamiento

ARTICULO V

1. Las instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II elaborarán informes semestrales sobre los resultados obtenidos en el proyecto desarrollado en el ámbito de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a los órganos coordinadores para acompañamiento.

2. Los documentos elaborados y los resultantes de las actividades desarrolladas en el contexto del proyecto a que se refiere el presente Acuerdo Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes Contratantes. La versión

da la Asociación Nacional de Entidades Prestadoras de Servicio de Saneamiento (ANEPSSA), por medio de la capacitación y de entrenamiento de recursos humanos en operación y mantenimiento de sistemas de tratamiento de aguas residuales y de lodos provenientes de alcantarillado sanitario.

ARTICULO II

1. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores como responsable de la coordinación, acompañamiento y evaluación de las acciones correspondientes al presente Acuerdo Complementario; y

b) a la Compañía de Saneamiento Básico de Brasilia como responsable de la ejecución de las acciones correspondientes al presente Acuerdo Complementario .

2. El Gobierno de la República del Perú designa:

a) a la Agencia Peruana de Cooperación Internacional como responsable de la coordinación, acompañamiento y evaluación de las acciones correspondientes al presente Acuerdo Complementario; y

b) a la Asociación Nacional de Entidades Prestadoras de Servicios de Saneamiento como responsable de la ejecución de las acciones correspondientes al presente Acuerdo Complementario.

ARTÍCULO III

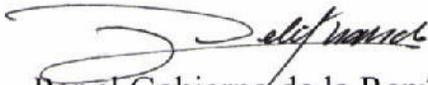
Compete al Gobierno brasileño:

a) designar especialistas para realizar el entrenamiento de técnicos peruanos en el Perú y en Brasil en las áreas de operación y mantenimiento de sistemas de recolección, tratamiento y depósito final de aguas residuales y de lodos, provenientes de alcantarillado sanitario;

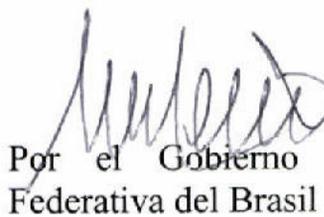
ARTÍCULO X

Para los aspectos no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo Básico de Cooperación Técnica y Científica entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, suscrito en Brasilia, el 08 de octubre de 1975.

Hecho en Lima, el 24 de junio de 2003, en dos ejemplares originales, en portugués y español, siendo ambos textos igualmente válidos.



Por el Gobierno de la República
del Perú



Por el Gobierno de la República
Federativa del Brasil